



## Diversidade cultural, exclusão social e juventude na América Latina<sup>1</sup>

José Manuel Valenzuela Arce

---

<sup>1</sup> O presente texto foi elaborado a partir de publicações anteriores do autor: "Introdução" do livro *Los Estudios Culturales en México* (2003); *El Color de las Sombras. Chicanos, Identidad y Racismo* (1997); e "Imaginarios y políticas culturales en América Latina" (2010).



A dimensão cultural assume um caráter central nas ciências sociais como um dos pilares principais na aposta para construir novos projetos sociais e novos projetos civilizatórios. As tentativas de compreender os processos intersubjetivos e simbólicos se justificam como elementos que possibilitam uma melhor compreensão da ação social, da conduta humana, dos processos identitários ou do surgimento de novos atores sociais, bem como da definição de projetos de desenvolvimento humano que vão mais além da lógica da posse material como critério do sucesso ou das perspectivas que naturalizam a desigualdade.

Os principais paradigmas teóricos apresentam importantes limitações para interpretar as estruturas socioculturais em que vivemos apesar dos seus acertos, como o multiculturalismo que questiona a pretendida condição de homogeneidade e de superioridade das culturas dominantes, identificando a semantização das fronteiras culturais e a definição de limiares a partir dos quais se constroem a diferença e a diversidade. Para tal, analisa os processos de estruturação das identidades coletivas, especialmente no referente à conformação de limiares de adscrição e diferença a partir de uma nova abordagem da condição das minorias dentro das sociedades e das culturas nacionais, além de enfatizar a disputa cultural dentro da análise da ação social, incorporando de maneira desordenada a condição cultural dos processos sociopolíticos e da condição sociopolítica dos processos culturais.

As perspectivas multiculturalistas questionam a lógica desde a qual se formam os meta-relatos dominantes como o racismo ou o sexismo, o adultocentrismo ou o etnocentrismo. Desde esta posição, enfatiza-se a condição multicultural de nossas sociedades e se questiona a lógica que valida o monoculturalismo dominante. Para a perspectiva multiculturalista, o pilar central da disputa social e cultural é a luta pelo reconhecimento e, de maneira conjunta ao questionamento dos discursos monoculturais, criticam-se os seus supostos “valores universais” (Taylor, 1998).

O questionamento das perspectivas multiculturalistas não se restringe à análise dos elementos desde os quais se constituem os limiares de identificação e diferença, incorpora a crítica às perspectivas homogeneizantes. Propostos desde esta lógica, os posicionamentos multiculturalistas assumem perspectivas críticas com relação à ordem social dominante. As sociedades são campos de disputa pelas representações e significados, por isso, o multiculturalismo participa nessa luta a partir do questionamento das formas de dominação que se reproduzem nos discursos dominantes, e a luta pelo reconhecimento é um elemento importante dos movimentos e políticas do multiculturalismo.

O multiculturalismo crítico questiona as relações de poder, assumindo que a própria história cultural é uma história de poder e que a análise das identidades requer compreender a construção social das diferenças (MacLaren, 1998). O multiculturalismo visa a desconstrução dos centros de poder colonial e a destruição dos discursos racistas e excludentes, enfatizando que os inimigos da formação de sociedades mais justas e democráticas não são as diferenças culturais, mas as desigualdades sociais. Apesar dos elementos destacados, as perspectivas multiculturalistas prestam pouca atenção às condições estruturantes das relações sociais e uma frágil incorporação de laços sociais, além de possuírem uma perspectiva auto-referenciada; portanto, a fragilidade principal destas perspectivas reside na sua desatenção à desigualdade social, a qual, nos contextos latino-americanos se reproduziu de maneira simbiótica com a desigualdade cultural.

Desde as perspectivas pós-coloniais, os fenômenos culturais são considerados não somente como o processo que inicia com a independência dos países colonizados, eles designam a totalidade de práticas que caracterizaram as sociedades do mundo pós-colonial, desde o momento de colonização (Ashcroft, Griffiths e Tiffin, 1995). Para os pós-colonialistas, o colonialismo não termina com o ato de independência política dos países colonizados, pois em muitos desses países prevalecem relações neocoloniais.

A tese que guia o trabalho pós-colonialista é que a pesquisa humanística deve estabelecer o tipo de relação entre conhecimento e política ou questões políticas e culturais nos contextos específicos de seu estudo, da sua temática e de sua circunstância histórica, entendendo que no discurso cultural e no intercâmbio dentro de uma cultura o que normalmente circula não são “as verdades” mas as suas representações.

Construir um diálogo crítico entre as representações externas sobre as nossas realidades e as nossas próprias representações é ainda um assunto pendente de resolução. Por isso, é importante sistematizar essas representações e saber como estão se formando os conhecimentos e imaginários de nossas realidades, além de avançar no entendimento de como produzimos o conhecimento sobre o que somos e sobre as formas de como nos representamos.

A história intelectual da teoria pós-colonial está marcada pela dialética entre o marxismo e o pós-estruturalismo e, por outro lado, pelo pós-modernismo. Este campo interpretativo enfatiza os debates sobre nacionalismo e internacionalismo, essencialismo estratégico e hibridação, solidariedade e dispersão, políticas de estrutura/totalidade, políticas do particular e do fragmentar. Além disso, essas teorias pós-coloniais reconhecem a importância analítica e social das relações entre raça e classe (Gandhi, 1998).

Desde a publicação de “Can the subaltern speak?” de Gayatri Spivac (1988), considerado um dos textos fundamentais dos estudos pós-coloniais, os quais enfatizaram as condições que reproduzem relações de dominação/subalternidade, inspirando-se numa abordagem gramsciana. Com o impulso de Spivac foi possível avançar de maneira importante nos estudos sobre a subalternidade tanto nos campos disciplinares quanto no das representações sociais, problematizando a própria participação das/dos pesquisadores. Mais além das limitações formais do pós-colonialismo como conceito, coincide-se em que em todas as sociedades pós-coloniais, de alguma maneira, prevalecem elementos que as mantêm sujeitas a diversas formas de dominação.

No México e na América Latina alguns dos principais elementos do domínio colonial que prevalecem como práticas sociais neocoloniais são a divisão sociocultural de oportunidades, diversas estruturações racistas ou divisões raciais, linguísticas ou religiosas que reproduzem um tratamento desigual, como acontece com os povos indígenas. Desta maneira, o pós-colonialismo se expressa como um processo contínuo e complexo de resistência e reconstrução (*op. cit.*).

O pós-colonialismo não só se refere a uma espécie de oposição e resistência automática e imodificável em relação aos poderes coloniais, mas também a uma série de vínculos e articulações econômicas, sociais e culturais, sem os quais os processos não podem ser compreendidos adequadamente, pois são processos complexos e ambivalentes que se incorporam às práticas sociais.

Os pós-colonialistas enfatizam as temáticas centrais que definem seu campo de preocupações, onde se destacam o escravismo, a migração, a supressão dos outros e das outras, a resistência à colonização, as formas de construção e as representações das diferenças, a raça, as construções étnicas, as relações de gênero ou as respostas às influências dos grandes discursos da Europa imperial (*op. cit.*). A partir das contribuições da Escola de Estudos Culturais de Birmingham, o campo dos estudos culturais incorporou novas abordagens interpretativas, considerando as articulações entre o dominante, o residual, o arcaico, o emergente e o cotidiano (Raymond Williams). Da mesma forma, questionaram as perspectivas lineares que consideravam a superioridade do moderno face ao tradicional ou do dominante sobre o subalterno (Valenzuela, 2003).

As perspectivas culturais críticas com os discursos dominantes constroem pontes a partir das quais a multiculturalidade não é considerada só como um campo de adscrição social (de pertença ou de referência), mas também se ponderam as suas relações com as identidades políticas e na medida em



que se busca trabalhar desde os contextos intra e extra-institucionais, os estudos culturais não se dissociam da intervenção social e política.

A discussão cultural incorporou a desconstrução dos discursos de dominação e os estudos culturais reconstruíram as histórias dos processos sociopolíticos e as confrontações de classe social. Para eles, como argumenta E. P. Thompson, o conceito de classe social não obedece somente a uma situação definida pelo papel ocupado dentro do processo produtivo e das formas de relação com os meios massivos de produção, também corresponde a uma categoria sócio-histórica. Neste processo, as relações entre as classes sociais produzem instituições, cultura e mutações que lhes outorgam especificidades, e também permitem a realização de comparações transnacionais (*op. cit.*).

Os estudos culturais ponderaram alguns assuntos como âmbitos de expressão e de articulação dos novos processos sociais, entre os quais se destacam os de cultura, ideologia, linguagem, o simbólico e o poder. Desta maneira, mais do que assuntos para análise, visa-se construir teorias gerais que articulem criticamente diferentes domínios da vida. Portanto, deve-se analisar a sociedade a partir das articulações entre teoria, política, aspectos econômicos e ideológicos e práticas sociopolíticas.

Também há um claro interesse em analisar as articulações socioculturais como campo de conexões onde elementos diversos formam “unidades” em contextos específicos. As articulações aludem à produção de unidades a partir de elementos fragmentados mediante práticas significadas pelas identificações coletivas. Desde esta perspectiva, seria interessante avançar na análise dos processos produzidos pela articulação de diferenças culturais (Stuart Hall) (*op. cit.*).

Os estudos culturais não se constroem só a partir de perspectivas disciplinares, também assumem perspectivas transdisciplinares e, algumas vezes, antidisciplinares com um importante interesse por compreender os processos histórico-sociais, não só desde as condições sedentárias, mas desde perspectiva nomádicas que dão conta dos processos que definem as diásporas e migrações contemporâneas, além de implicarem deslocalizações, deslocamentos e hibridismo cultural. A partir destas perspectivas, a condição de fronteira cultural adquire novos significados ou, pelo menos, novas ênfases. As fronteiras nacionais, além de simbolizarem a ruptura de espaços de contenção, expressam campos onde algo inicia; um mais além que segue incorporando o outro lado da fronteira, como ponto de início e como elemento que lhe constitui e lhe completa. Por essa razão, é importante trabalhar com novos âmbitos identitários, onde adquirem relevância os interstícios (*in between*), que permitem elaborar estratégias particulares e comunitárias de identificação e de pertença, pois a partir deles se definem novos âmbitos identitários e novos processos de produção do social.

Os estudos da cultura consideram aspectos como a *diversidade*, que é uma categoria sociocultural de comparação (além de ser um sistema de reconhecimento de conteúdos culturais e costumes próprios de um grupo social), e a *diferença* (entendida como processo de enunciação de uma cultura, com o qual esta se torna conhecível e adequada à criação de sistemas de identificação cultural), mas também a formação de sistemas de significação mediante os quais se atribuem sentidos e significados, ação que também inclui a (re)produção de prejuízos e estereótipos (Homi K. Bhabha) (*op. cit.*).

Nesse sentido, Bhabha destaca que mais além da diferença de atitudes inscritas nos sistemas simbólicos das diversas matrizes culturais, é importante analisar a própria estrutura da representação simbólica e, mais do que o conteúdo do símbolo e da sua função social é mister conhecer a estrutura da simbolização.

Algumas das críticas mais sugestivas ao caminho seguido por muitos dos continuadores da tradição da Escola de Birmingham (não aos seus fundadores) enfatizam que se deixaram aprisionar por uma certa condição textualista, onde o texto parecia adquirir uma condição “autocontida”, esquecendo-se das suas articulações com os contextos sociais. Por isso, Fredric Jameson, ressalta a necessidade de recuperar a teoria crítica da cultura que provém de Marx, Freud, da Escola de Frankfurt, Lukács, Sartre

e do marxismo complexo, e propõe reformular os estudos culturais como marxismo culturalista e como crítica do capitalismo. Para tal, devem considerar as formações econômico-políticas e sociais e destacar a importância das classes sociais (Jameson, 1998).

Estas proposições assumem relevância com relação às perspectivas multiculturalistas que não consideram o sistema como uma totalidade articulada, a qual se deve recuperar a níveis mais amplos, pois o capitalismo possui uma condição global “desde cima”, especialmente nos setores financeiro, informático e comunicacional, o que constitui um desafio urgente para aqueles que não fazem parte desses circuitos de poder e só padecem os efeitos das suas políticas globalizadas. Enfatizando a estruturação dos elementos culturais como práticas materiais, os estudos culturais nos ajudam a pensar as práticas ideológicas e culturais como parte das relações materiais na sua forma discursiva determinada e não como condição fixa ou inamovível.

### **Pensar a Ibero-américa a partir da sua juventude**

As grandes manifestações que percorrem o mundo com passo avassalador se inserem na exclusão e precarização da população em contextos de enorme desigualdade social, situação que provocou a indignação de amplos setores sociais, tendo como protagonistas as/os jovens. Atrás do movimento dos indignados se encontra a ruptura da esperança de um futuro associado ao progresso e um cotidiano atual carregado de incertezas e apreensões. Milhões de jovens enfrentam a incerteza e os efeitos de uma crise ampliada que afeta as suas condições de vida, suas expectativas de emprego, seu acesso a prestações sociais, a diminuição da sua segurança em contextos cada vez mais violentos desde os quais, de forma paradoxal, se estereotipa e criminaliza os jovens como se fossem eles os causadores da violência e penúrias econômicas que vivemos.

Observamos cenários com riscos provindos do alto crescimento da população jovem no mundo e de sua inegável presença social que adquire centralidade com as suas adscrições identitárias, suas propostas culturais e exigências sociais. A metade da população do planeta tem menos de 25 anos e uma quinta parte dela é jovem, número este que remete a 1,2 bilhão de pessoas cujas idades variam entre 15 e 24 anos e que chegará a 1,3 bilhão nas próximas duas décadas. Porém, a rede conceitual que ampara os jovens acarreta diferenças significativas, especialmente quando oitenta e quatro por cento deles vivem em países não desenvolvidos (CONAPO, 2010: 9-11), adscrição geográfica que apresenta incontestáveis desafios dado que seus grandes problemas não têm resolução desde a condição juvenil, mas que se unem simbioticamente às limitações dos projetos nacionais e civilizatórios do mundo contemporâneo, especialmente quando o modelo socioeconômico dominante traz consigo lógicas orientadas a favorecer a uma minoria em detrimento da imensa maioria, ampliando as desigualdades sociais e gerando múltiplos âmbitos de exclusão, pobreza e precarização.

Entre os jovens, persistem claras diferenças com relação a opções e expectativas de vida a partir de regiões, países, classe, gênero e adscrição étnica. Estes aspectos incidem nas bases objetivas que definem ou obstaculizam suas possibilidades de desenvolver projetos viáveis de vida. Junto com expressões que constroem imaginários juvenis desde posições retóricas que lhes conferem uma condição privilegiada e cômoda caracterizada por uma incontida propensão hedonista, apresenta-se uma realidade assombrosa onde pelo menos 515 milhões de jovens vivem com menos de dois dólares por dia e mais de 40 por cento com menos de um (*Ibid.*: 16).

No atual cenário do capitalismo tardio destacam-se os problemas vinculados à situação laboral dos jovens, os quais enfrentam graves problemas de desemprego, precarização e informalidade. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) informa que entre 1997 e 2007 houve um aumento de 147 milhões de jovens, mas só 25,3 milhões se incorporaram ao mercado de trabalho (*Ibid.*: 44). A população juvenil registra taxas de desemprego superiores às existentes em outros intervalos de idade da população economicamente ativa, dado que constitui uma quinta parte da população mundial em

idade de trabalhar (24.7%) e representa 40,2 por cento dos desempregados (*Ibíd.*: 45). Completando este cenário de precariedade, seria adequado indicar que no ano 2005, 308,5 milhões de jovens trabalhadores (56% do total de jovens empregados) permaneciam na pobreza com receitas inferiores a dois dólares diários, condição que ilustra a sua especial situação de precariedade e vulnerabilidade. Documentando a piora destes problemas, podemos apontar que em 2008 os jovens desempregados chegaram a 74,2 milhões (*Ibíd.*: 46-47). Se isso não fosse suficiente, os cenários econômicos se complicaram de maneira considerável nos últimos meses e o seu impacto sobre o desemprego é sumamente grave pois de acordo com informações do Fundo Monetário Internacional (setembro de 2011) o desemprego no mundo chegou a 200 milhões de pessoas e representa o nível mais alto que já existiu na história.

Os jovens ressentem-se pelo incremento das condições de desemprego, precarização e vulnerabilidade laboral. A Organização Internacional do Trabalho calcula em 34 milhões os empregos perdidos no mundo entre 2007 e 2010, e estima que 30 por cento deles (10,2 milhões) correspondem a jovens de 15 a 24 anos (OIT, 2010). Além disso, entre 2008 e 2009 aumentou em 8,5 milhões o número de jovens que estavam desempregados, o que representa quase o dobro do aumento da taxa de desemprego da população adulta (1,3 e 0,7) (CONAPO, 2010: 48). Para documentar este contexto, é relevante considerar um relatório da Organização das Nações Unidas onde se informa que com a recessão econômica de 2009 aumentou a taxa de desemprego juvenil no mundo, chegando a 81 milhões nesse ano, além de evidenciar fortes desigualdades associadas à condição juvenil, pois os jovens trabalham mais horas que os adultos, ganham menos que estes e não têm ou possuem níveis muito baixos de previdência social.

Considerando o cenário apresentado, não surpreende constatar a existência de uma forte decepção juvenil, sensação que emerge pelas limitadas condições de vida de grande parte das/dos jovens do planeta, pois milhões destes constroem as suas rotinas quotidianas com inquietação e desesperança. Muitos deles foram às ruas e praças para expressarem a sua desconformidade com o modelo econômico dominante, gerador de pobreza para muitos e de enormes riquezas para outros poucos. Nos últimos meses, o movimento dos indignados identificou o neoliberalismo e seus beneficiários (empresários, políticos, financeiros e especuladores) como *inimigos do povo* e responsáveis pela crise. O movimento "squatter" (ocupantes) e indignados aposta por uma ordem global mais democrática, transparente e inclusiva baseada num modelo econômico diferente, muito mais justo e igualitário; um modelo que satisfaça as necessidades das grandes maiorias e que não esteja subordinado a resguardar as imorais riquezas do 1 por cento. Como afirma Vandana Shiva, o objetivo é mudar o G8 pelo G7000. 000, expressão que prioriza a totalidade do planeta precarizada por alguns poucos. O contexto global que subjaz ao movimento dos indignados destaca a crise econômica e questiona as supostas soluções que só visam proteger os grandes capitais financeiros. Mesmo que possa parecer prematuro ou arriscado tentar definir características únicas nestes movimentos articulados numa espécie de conectividade global, podemos citar alguns dos seus pontos principais.

A maioria deles identifica de maneira direta os causadores da devastação em que vivemos, entre os quais estão políticos, empresários, consórcios, banqueiros, especuladores e altos representantes do clero, bem como os meios de comunicação de massa em conivência com o poder. O movimento dos indignados está dirigido por membros juvenis. Jovens e mulheres que imaginam melhores cenários globais e que vão à luta para os construir. Mas não são os únicos, o mundo se contagiou de indignação e agrupa trabalhadoras e trabalhadores, alguns sindicatos, intelectuais, artistas, estudantes, donas de casa e uma enorme quantidade de pessoas portadoras de experiências e proveniências sociais diversas.

Em cada lugar adquirem relevância demandas emanadas dos contextos locais; porém, prevalecem posições que percorrem o mundo e são ouvidas em todo o planeta. Entre elas está a necessidade de uma mudança global, democracia para todos, empregos dignos, que os ricos paguem o custo da sua crise e que paguem impostos, deter a destruição do meio ambiente, pronunciamentos e mobilizações



contra a privatização da educação e a previdência social, com relação aos direitos humanos, contra a pobreza, contra a desigualdade, contra o neoliberalismo e contra o capital.

Com relação às posições antidemocráticas, verticais e excludentes da direita e dos modelos neoliberais, os indignados apostam por estilos diferentes e práticas opostas aos métodos de classes e grupos dominantes. Nas ruas e praças infestadas de indignação se vive um movimento radical que combate com métodos pacíficos, que resiste os embates policiais e mediáticos, difunde e convoca mediante redes sociais que operam dispositivos eletrônicos (como Internet, Twitter e Facebook) e organizam-se em assembleias utilizando métodos democráticos, participativos e horizontais.

Desde o final da década de noventa do já longínquo século XX, muitos jovens e ativistas indignados com a desigualdade ampliada pelo neoliberalismo e seus organismos representativos como o Grupo dos Oito (G8), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), empreenderam em Seattle uma desigual luta contra a globalização excludente. O movimento buscou de maneira persistente e heroica que as suas vozes fossem ouvidas e as suas exigências atendidas, mas só receberam repressão e indolência nos muitos contextos onde tentaram colocar os assuntos vitais em detrimento da voracidade e da morte ampliada. Também se destacaram as mobilizações de jovens que modificaram os cenários sociais nos países árabes do norte da África, como Tunísia e Egito, e Líbia e Síria no Oriente Médio. Em maio de 2011, uma nova expressão da indignação irrompeu nas praças madrilenas quando 10.000 jovens exigiram emprego e melhores condições de vida. Diante de um futuro incerto e obscurecido pelo desemprego, os protestos chocaram com a violência policial na Gran Via, mas conquistaram a Puerta del Sol onde resistiram apesar da repressão, propagando a indignação a Barcelona e a muitas outras cidades. Os protestos se ampliaram a Portugal, Grécia, Irlanda, Estados Unidos... até chegar a 82 países e 951 cidades nas mobilizações de milhares de pessoas em outubro de 2011. Ao mesmo tempo, as/os jovens chilenos saíram às ruas e durante vários meses exigiram educação gratuita e de qualidade, opondo-se à privatização da educação, movimento que causou grandes simpatias entre a população do Chile.

As máximas dos indignados destacam o histórico de afrontas e frustrações, bem como opções e alternativas que permitem vislumbrar horizontes carregados de futuro, apostas civilizatórias mais justas, inclusivas e respeitadas com a vida, direitos humanos e ecologia, assim como apostas por um mundo menos desigual e mais democrático: DEMOCRACIA GLOBAL AGORA!, UNIDADE POR UMA MUDANÇA A NÍVEL GLOBAL! , CONTRA O CAPITAL, REVOLTA SOCIAL!, PORQUE OS BANCOS SEMPRE GANHAM!, DIREITOS HUMANOS PARA TODOS!, A BOLSA OU A VIDA!, MANIFESTAÇÃO GLOBAL CONTRA O NEOLIBERALISMO!, ISTO NÃO É UMA RECESSÃO, É UM ROUBO! , SE NÃO NOS DEIXAM SONHAR, NÃO OS DEIXAREMOS DORMIR! NÃO SOMOS MERCADORIA!, QUE OS RICOS PAGUEM IMPOSTOS!, NÃO PAGAREMOS A SUA CRISE!, MUDANÇA E ESPERANÇA! VOCÊ É IMPORTANTE!, ESTAMOS FARTOS!

Como já destacaram Noam Chomsky, Eduardo Galeano, Naomi Klein e outros intelectuais, os indignados representam um movimento descentralizado global contra aqueles que geraram uma crise sistêmica no mundo e um desastre humanitário. Num discurso pronunciado perante o movimento dos Occupy Wall Street, Naomi Klein destacou que já não há países ricos, só existe gente rica, afirmação que enfatiza o brutal enriquecimento de alguns poucos que lucram com a crise e a miséria da imensa maioria da população do planeta.

O movimento dos indignados é um ponto de inflexão que indica a necessidade de um novo modelo econômico global, novos projetos nacionais, novos atores e atrizes do processo político e um novo projeto civilizatório. Neste projeto, as/os jovens conquistaram a palavra, as praças e os centros de poder financeiro. São eles os mais excluídos, os que sofrem com maior intensidade o peso do desemprego, da pobreza, da precariedade e da exclusão social. Os jovens são os grandes deslocados; não importa se conseguiram acumular credenciais educativas e concluíram um curso universitário, pois os contextos de incerteza limitam as suas expectativas e geram âmbitos ampliados de frustração.

No México, o movimento liderado pelas/pelos jovens de #YoSoy132 recoloca abordagens inerciais sobre os jovens mexicanos que afirmam sua condição apática com relação à política e os assuntos sociais. Por quase duas décadas se difundiu a ideia da *generación de la hueva*, ideia que aludia a uma suposta indolência juvenil face aos assuntos públicos. Porém, as pesquisas a nível nacional sobre a juventude (2000 e 2005) indicavam que as/os jovens mantinham distâncias com a perspectiva tradicional da política construída a partir da relação Estado-sistema de partidos; para eles havia um profundo descrédito da imagem do político, bem como das instituições de justiça, incluindo juízes, magistrados e, especialmente, policiais e empregados judiciais, os quais não diferenciavam dos narcotraficantes. Sem embargo, existia nos/nas jovens o interesse de participar em assuntos ecológicos, de direitos humanos ou indígenas, assuntos que permitem identificar uma agenda temática que reacenda o interesse juvenil. Assim sendo, desmente-se a suposta apatia juvenil e vislumbra-se o cansaço pela demagogia, corrupção e impostura da política que eles identificam na oferta dos partidos. O movimento #YoSoy132 demonstra que muitos jovens mexicanos estão interessados nos assuntos sociais e buscam novos referenciais de definição do político associado a um novo projeto nacional mais justo e equitativo, sem corrupção ou impunidade; um projeto inclusivo que favoreça às maiorias e combata a imoral desigualdade na distribuição das receitas e da riqueza: um projeto que castigue as figuras autoritárias e criminais que utilizam a força pública para reprimir, desaparecer ou assassinar os cidadãos e revogue o mandato de funcionários que não estejam à altura das suas responsabilidades: um projeto onde todas as vozes tenham a oportunidade de ser escutadas e ter acesso aos meios para conseguir esse objetivo, um projeto onde os meios de comunicação de massa sirvam ao fortalecimento social e à elevação do nível cultural da população. Um projeto onde educação e cultura associadas à educação, emprego e sistemas de saúde de alta qualidade participem na construção de melhores projetos de vida para as/os jovens e onde os deslocamentos sociais não sejam um destino obrigatório. O #YoSoy132 nos lembra que necessitamos de um projeto humanista justo, equitativo, inclusivo e com um novo horizonte civilizatório.

Se não fosse suficiente com a exclusão, o sentimento de insegurança cresce com múltiplas facetas. A população enfrenta políticas que limitam seus espaços de liberdade, ao mesmo tempo que se familiariza com discursos que dão conta de figuras ameaçadoras: "eixo do mal", terrorismo, crime organizado, narcotraficantes, exército, polícia. O medo, a insegurança e a violência aumentam sua presença nos imaginários sociais latino-americanos: esses enquadramentos intersubjetivos que participam na definição dos sentidos da vida cotidiana. Com os imaginários de medo e violência, os espaços sociais se fortificam e saturam mediante dispositivos de segurança, vigilância privada e onipresença policial-militar.

Reconhecendo a necessidade de realizar transformações urgentes no sistema e na política educativa, defendo que os grandes problemas do sistema educativo se circunscrevem às deficiências e limitações do modelo socioeconômico e do modelo nacional dominante. Da mesma maneira, sustento que os grandes problemas juvenis não têm resolução a partir da condição juvenil, têm conexão com os grandes problemas concomitantes ao atual projeto nacional e civilizatório.

Junto com o cenário anterior, devemos reconhecer que os chamados *Objetivos do Milênio* denotam fracassos fundamentais, especialmente no referente à erradicação da pobreza, da fome, da igualdade de gênero e da sustentabilidade ambiental. Emprego digno, educação universal de qualidade, desenvolvimento para a maioria, democracia, qualidade de vida e secularização são assuntos pendentes e os jovens sofrem de maneira particular a condição excludente do projeto neoliberal e do modelo civilizatório dominante que gera proscricção, pobreza, concentração de riqueza, precarização, corrupção, impunidade e morte.

Junto às diversas formas de cultura legitimada, emergem múltiplas formas culturais que se formam dentro do bairro ou nos espaços de socialização íntima com as suas próprias rotinas e significados. As mudanças derivadas da transformação de sociedades rurais a urbanas geram novas lógicas na





construção sociocultural dos espaços e o bairro participa como âmbito de mediação entre os espaços públicos e privados. É um âmbito intersticial que teve grande importância na formação dos "significados da vida" dos jovens, além de participar como espaço estruturado e estruturante de relações de poder (Valenzuela, 1988 y 1997). O bairro é um dos componentes importantes na socialização secundária das crianças e jovens como âmbito onde se definem e constroem códigos, sentidos, rotinas, estilos de vida e práxis culturais que significam as suas vidas. O bairro participa de maneira relevante nos processos de socialização informal e de educação popular das/dos jovens, além de incidir na definição de poderosas identidades e identificações que não podem ser evitadas pelos sistemas educativos formais e nem permanecer invisíveis aos espaços intra-escolares.

Os sistemas educativos tradicionais têm pouca preocupação em compreender os elementos que estão detrás dos corpos que estão significados através do vestuário, das tatuagens, piercings, escarificações, alterações, da disputa pela significação dos espaços pelo graffiti ou dos códigos de bairros que definem a vida dos jovens, da desatenção que motiva proibir, *vigiar e punir*, mutilando processos comunicativos que poderiam ajudar a conhecer as necessidades, carências, expectativas e esperanças juvenis que lhes antecedem.

A pedagogia como práxis cultural alude à articulação dos âmbitos intra e extraescolares definidos a partir dos conteúdos educativos, dos métodos de ensino e dos paradigmas pedagógicos. Esta articulação também implica a reflexividade sobre o mundo social e os enquadramentos éticos e axiológicos desde os quais se constroem os sentidos e significados de vida de meninos, meninas e jovens.

## Conclusão

Iniciamos outro milênio com uma população que ultrapassa seis bilhões de habitantes e com enormes diferenças sociais. Junto à percepção de que o planeta é cada vez menor, pois aumenta a densidade das relações socioculturais do mundo contemporâneo, transparecem diversos desencontros culturais onde prevalecem expressões de rejeição e intolerância, construídas a partir de posicionamentos marcados por prejuízos, estereótipos e racismo.

Esta situação evidencia a importância de avançar no estudo dos processos de interculturalidade e na construção de fronteiras culturais como recurso para desconstruir os discursos que legitimam a exclusão sociocultural e apostam pela reprodução da desigualdade de oportunidades. Estas posições recorrem a perspectivas que estigmatizam a diferença cultural com o objetivo de desacreditar os outros/as outras que mantêm formas culturais diferentes.

Mais além do desafio acadêmico que acarreta interpretar os significados destes processos interculturais, é necessário avançar na compreensão dos processos sociais que (re)produzem as diferenças entre os grupos humanos. Esta tarefa é necessária para formar novos âmbitos de convivência respeitosos com as diferenças culturais, onde a relação com os outros/as outras derivem em pontes culturais enriquecedoras e não em espaços de desencontro, conflito ou exclusão.

As potencialidades do intenso desenvolvimento dos meios eletrônicos e de comunicação, bem como dos meios de transporte, aproximam os olhares e tornam visíveis as semelhanças e diferenças culturais. Sobre esta base é possível avançar na desconstrução dos discursos excludentes que se assumem como "únicos" universais e questionar os elementos desde os quais se validam as perspectivas auto-referenciadas e excludentes. Os povos e os grupos sociais reclamam reconhecimento e espaços na definição dos novos âmbitos abertos pela globalização ou, de maneira mais precisa, buscam outra forma de globalização definida a partir de uma integração inclusiva que melhore as condições de vida das maiorias e onde se respeite a diversidade cultural.

# EUROAMERICANO

VIII CAMPUS DE COOPERACIÓN CULTURAL

A procura do reconhecimento e respeito à diversidade cultural adquiriu um peso social inegável no mundo contemporâneo, onde se incrementam os posicionamentos identitários que enriquecem a complexa interculturalidade e que conseguiram uma marcada presença nas disputas dos âmbitos religiosos, geracionais, de gênero, étnicos, de opção sexual ou biopolíticos. As lutas pelo respeito à diferença adquiriram uma centralidade incontestável e nos obrigam a discutir os sentidos da interculturalidade em que vivemos.

A preocupação pela forma como se definem as relações interculturais se expressa em múltiplos níveis, desde os âmbitos globalizados até as relações sociais que se expressam nos contextos quotidianos. Neles, a luta pelo reconhecimento se manifesta a partir de múltiplas facetas. O desafio é compreender que a diversidade enriquece a vida cultural. Esta ideia foi adotada pela UNESCO, que enfatizou o papel fecundo da diversidade no livro seminal *Relatório Mundial sobre a Cultura, Diversidade cultural, conflito e pluralismo* (UNESCO, 1999).<sup>2</sup> Em detrimento daqueles que opinam que a globalização produz inevitáveis cenários unilineares de homogeneização cultural, é preciso destacar que, de maneira simultânea, observam-se fortes processos de fragmentação social e cultural. O desafio está em tornar realidade o reconhecimento da diversidade cultural e criar relações interculturais definidas a partir do respeito mútuo.

Infelizmente, a desigualdade social e o desrespeito às diferenças são práticas comuns que, em muitos casos se vinculam com o incremento da vulnerabilidade face à violação dos direitos humanos. Os mais de 6 bilhões de habitantes do planeta formam um conjunto multicultural que inclui mais de 300 milhões de pessoas que pertencem às chamadas “populações autóctones” e a 5000 culturas e línguas diferentes (Rasmussen e Sjoerslev, 1999). Só no México são reconhecidas 90 línguas e 62 grupos étnicos e povos indígenas.

A diferenciação sociocultural como recurso de exclusão é particularmente evidente no referente aos povos indígenas e outros grupos étnicos ou religiosos, assim como no caso das mulheres, as quais representam 70 por cento dos 1,3 bilhões de pessoas que vivem na “mais absoluta pobreza” e apenas ocupam 6 por cento dos postos ministeriais no mundo e 11 por cento das vagas parlamentares, enquanto em 55 países nem sequer podem participar na esfera pública (Halimi, 1999). Ao mesmo tempo, o Fundo de População das Nações Unidas destaca a prevalência de 929 milhões de pessoas analfabetas, das quais 600 milhões são mulheres e 329 milhões são homens. Além disso, devido à recusação massiva dos direitos humanos, anualmente morrem milhões de pessoas, na sua maioria mulheres dos países pobres.<sup>3</sup>

De acordo com informações do Banco Mundial, quase a metade da população mundial sobrevive com menos de dois dólares por dia e uma quinta parte com menos de um dólar (2.800 e 1.200 bilhões de habitantes). Além disso, nos países mais pobres uma quinta parte das crianças não chega aos cinco anos de idade e a metade delas padece má nutrição. Este quadro da pobreza no mundo se completa ao considerar que entre 1987 e 1998 a quantidade de pessoas que viveram com menos de um dólar diário se manteve quase constante (1,18322 e 1, 1989 bilhões), enquanto na América Latina e no Caribe esta população cresceu em termos absolutos e relativos, passando de 63,7 milhões (15,3 por cento), a 78,2 milhões (15,6 por cento) (Banco Mundial, 2000).

De forma concomitante, cresce a desigualdade entre os países pobres e os ricos, duplicando-se a diferença de receitas entre ambos os grupos nas últimas quatro décadas. Neste contexto, adquire sentido a consideração do próprio Banco Mundial ao indicar que “a pobreza não é só um problema de falta de receitas ou de desenvolvimento humano: a pobreza é também vulnerabilidade e incapacidade de fazer-se ouvir, falta de poder e de representação” (*Ibid.*: 14). Porém, o complemento da asseveração

<sup>2</sup> Posteriormente, os esforços da UNESCO derivaram em publicações como a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2002) e o relatório *Investir na Diversidade Cultural e no Diálogo Intercultural* (2010).

<sup>3</sup> Da mesma forma, ao iniciar o século XXI cada ano morriam 585.000 mulheres por causas relacionadas com a gravidez, a maioria delas são mortes que poderiam ser evitadas (Sadik, 1999: 2).

# EUROAMERICANO

VIII CAMPUS DE COOPERACIÓN CULTURAL

também é correto e podemos afirmar que a riqueza esteve acompanhada pela depredação de recursos dos mais fracos, incapacidade de escutar, abuso de poder e posições auto-referenciadas.

Apesar dos discursos a favor da paz e da “tolerância”, a violação dos direitos humanos, a intolerância e os conflitos mantêm uma forte presença no mundo. Atualmente, a Anistia Internacional identifica pelo menos 10 guerras internacionais e 25 guerras civis, enquanto os países que se assumem como defensores da paz e fazem parte do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Estados Unidos, Rússia, China, França e Inglaterra) são os cinco principais exportadores de armas no mundo (Anistia Internacional, 2000) Também destaca processos preocupantes de aumento da repressão, da pobreza, da desigualdade, da vulnerabilidade social e da impunidade, registrando cerca de 630 “matanças” por parte de forças governamentais (*op. cit.*).

A compreensão dos processos socioculturais requer perspectivas que rompam com as visões auto-referenciadas que prevalecem nos discursos dominantes. Ao mesmo tempo, é necessário entender os processos de estruturação das relações interculturais de desigualdade definidas mediante processos institucionais determinados a partir dos universos simbólicos dominantes. Por isso, a disputa cultural é uma disputa política. A seguir, apresentam-se alguns dos elementos que determinaram as características das confrontações culturais desde os elementos ponderados por algumas perspectivas teóricas sobre a cultura e que enfatizaram as relações interculturais ou multiculturais.

Na medida em que as contendas pelo reconhecimento são lutas políticas que se inserem em relações estruturadas de poder e que se manifestam nos âmbitos públicos e simbólicos onde se definem as representações sociais, a luta pelo reconhecimento das diferenças culturais e por relações interculturais de respeito se coloca no centro da batalha pela democratização das nossas sociedades. Como parte deste processo, observa-se uma importante culturalização da participação política e um aumento na disputa com o objetivo de construir projetos de sociedade mais inclusivos e menos injustos.

Conforme se questiona a existência de uma só cultura como referência de todas as demais, a discussão cultural se orientou de maneira importante em direção à desconstrução dos campos de poder desde os quais se legitima a cultura dominante. Estas premissas questionam a superioridade das culturas dominantes e o papel subordinado das chamadas minorias culturais, ao mesmo tempo que ponderam os elementos que participam na formação das identidades sociais, em correspondência com a constituição de limiares semantizados de adscrição/diferenciação.

Reconhecendo a heterogeneidade de posições que participam na discussão sobre a formação dos sentidos e significados sociais, podemos destacar propostas que entendem a resistência cultural como um elemento central para a configuração de cenários sociais mais inclusivos. Por essa razão, um dos pilares do debate cultural se dispõe a partir da disputa pelas representações e significados sociais, cenário onde resultou ser conspícua a luta das mulheres, dos jovens, dos povos indígenas ou dos grupos religiosos. De maneira conjunta com o debate sobre as relações interculturais e o multiculturalismo, adquiriram relevância os debates sobre as identidades sociais e a construção social das diferenças.

Um dos desafios centrais para compreender as mudanças culturais no mundo consiste em trabalhar desde os interstícios culturais, de tal forma que as fronteiras se tornem pontes enriquecedoras e não se mantenham como trincheiras de exclusão, de intolerância, de racismo, de sexismo e de desencontro. Indubitavelmente, um dos processos sociais que participa de maneira determinante na formação de âmbitos interculturais e transfronteiriços é a migração. Ela possui uma grande relevância na dinâmica intercultural contemporânea, definida através de conceitos como diáspora, desterritorialização/reterritorialização, comunidades transnacionais, redes migratórias e outros conceitos a partir dos quais se visa captar a condição humana que subjaz às transformações e recriações culturais que definem o sentido da vida de milhões de seres humanos no mundo. Em muitas ocasiões, estas pessoas sofrem tratamentos vexatórios, seus direitos humanos são violados ou inclusive morrem

# EUROAMERICANO

VIII CAMPUS DE COOPERACIÓN CULTURAL

tentando (como já ocorreu com 7.000 ou 10.000 pessoas) passar pela fronteira entre o México e os Estados Unidos desde o início da *Operação Guardiã* em 1994.

O aumento do espaço de desigualdade entre países ricos e pobres também participa na configuração dos contextos que definem as características dos processos migratórios. Se levarmos em conta que nos primeiros 25 anos do século XXI a população mundial aumentará em 2.000 bilhões de pessoas, das quais 97 por cento corresponderão a estas nações pobres, podemos considerar que a migração adquirirá uma maior importância que a que possui atualmente.

Na atualidade, pensar a América Latina a partir da dimensão sociocultural e econômica requer considerar os latino-americanos de fora. Conceito geopolítico que não consegue romper a condição de muitos desses latino-americanos de fora que na realidade não deixam de estar dentro. De acordo com estimativas do censo norte-americano e com diversas projeções sobre a população, calcula-se que em meados do presente século a população latina nos Estados Unidos constituirá 25 a 30 por cento da população total, chegando a cerca de 130 milhões (convertendo-se em maioria absoluta em alguns estados como Califórnia). Esta quantidade é superior à população estimada de mexicanos que viverão no México em 2050.

A informação proporcionada pelo Escritório do Censo norte-americano em 2008 considerava 46,7 milhões de hispanos com documentos e mais de 12 milhões de ilegais. Esta realidade é relevante se considerarmos que das 581.982.052 pessoas que em 2009 residiam nos 30 países latino-americanos, os latinos que vivem nos Estados Unidos superam a população da grande maioria deles, exceto no caso do Brasil e do México e quase no da Colômbia. Esta condição é importante para a definição de políticas culturais que sejam feitas desde a América Latina, especialmente se consideramos que duas terças partes dos latinos nos Estados Unidos preferem falar em espanhol. Estas constatações nos obrigam a pensar que o desenho de grandes estratégias de política cultural para a América Latina deve abarcar esta população que mantém fortes vínculos com os lugares de origem propiciados pelos intensos processos migratórios e pelo desenvolvimento dos meios de transporte e dos meios de comunicação de massa eletrônicos (como a Internet), que possibilitam novas maneiras de estar juntos. O peso econômico adquirido pelos migrantes, em muitos casos lhes confere certo poder nos lugares de origem mediante as remessas, as quais possuem sentidos pessoais ou familiares e, em muitos casos, nos lugares de origem são utilizadas para obras públicas, compra de instrumentos para a banda da vila/aldeia/cidade, construção de uma escola ou hospital, além de muitas outras opções. Além disso, existem formas variadas de recriação e reterritorialização cultural de práticas tradicionais nos lugares de destino, como ocorre com as várias celebrações *guelaguetzas* e *oaxaqueñas* na Califórnia.

Os vínculos culturais mais fortes se recriam através da música, das festas, das efemérides, das telenovelas e das tradições. Os novos caminhos das "formigas latino-americanas" são mais densos e criativos e, além disso, demandam que os Estados vejam os seus migrantes como algo mais do que uma válvula de escape ou divisas creditícias via remessas. É importante romper o fetichismo das remessas e entender que a base que possibilita os fluxos de dinheiro norte-sul são as redes sócio-afetivas e as relações humanas emocionais, passando a ser tão importantes nas diversas economias latino-americanas (Valenzuela, 2010: 266-267).

Os debates recentes sobre diversidade e interações culturais se situam no âmbito dos assuntos não resolvidos desde a multi e interculturalidade. Efetivamente, as discussões do multiculturalismo tiveram um importante impacto para tornar visível processos de desconstrução de discursos e narrativas dominantes, especialmente no referente a exigir o respeito das diferenças culturais, enquanto as apostas interculturalistas se baseavam nos consensos e elementos comuns como pilares de melhores formas de relação sociocultural. Em ambos os casos, as condições produtoras e reprodutoras da desigualdade social ficam pouco claras, possuem expressões marginais ou periféricas ou simplesmente são ignoradas.

# EUROAMERICANO

VIII CAMPUS DE COOPERACIÓN CULTURAL

É fundamental incorporar a relação entre exclusão social e cultural como elementos inscritos num modelo capitalista global que produz e reproduz pobreza, desigualdade, precarização e exclusão social, assim como a prevalência de prejuízos, estigmas, estereótipos e racismo como elementos presentes na (re)produção da desigualdade e da exclusão sociocultural. Esse é o desafio implícito na luta por reconhecer o enorme valor da nossa diversidade cultural.

## **Bibliografía**

Almazán, Sofía, 2010, "Niños de la calle sin futuro", *Jornal Síntesis*, sección Nacional, Puebla, Puebla, 1º de janeiro de 2010, em <http://periodicosintesis.com.mx/noticias/54359/Ninos-de-la-calle-sin-futuro>, consultado no dia 7 de setembro de 2011.

Amnistía Internacional, 2000, *Informe 2000. El olvido está lleno de memoria*, Madrid, Anistia Internacional.

Ashcroft, Bill, Gareth Griffiths y Helen Tiffin, 1995, edits., *The Post-Colonial Studies Reader*, Nova York, Routledge.

Avilés, Karina, 2011, "En situación de pobreza, 83.5% de los niños mexicanos, asegura Coneval", *La Jornada*, sección Sociedad y Justicia, México, D.F., 8 de setembro de 2011, p. 44.

Banco Mundial, 2000, *Informe sobre el desarrollo mundial 2000/2001. Lucha contra la pobreza. Panorama General*, Washington, D. C., Banco Mundial.

CEPAL, 2008, *Juventud y cohesión social en Iberoamérica. Un modelo para armar*, Santiago de Chile, Chile, Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

\_\_\_\_\_, 2010, *Panorama social de América Latina*, Santiago de Chile, Chile, Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

CONAPO, 2010, *Diagnóstico mundial de la juventud*, México, D.F., Consejo Nacional de Población (CONAPO).

De la O, María Eugenia y Nora E. Medina, 2012, "Ser joven en la frontera norte de México: biografía de un adolescente", *Desacatos*, México, D.F., CIESAS, núm. 38, janeiro-abril, pp. 181-190.

Halimi, Gisèle, 1999, "Yo no vendo pan sino levadura", em *Informe sobre la Cultura*, UNESCO.

Jamenson, Fredric, 1998, "Sobre los Estudios Culturales", em Fredric Jameson e Slavoj Zizek, *Estudios Culturales. Reflexiones sobre el Multiculturalismo*, Barcelona, Paidós, pp. 69-136.

Leela Gandhi, 1998, *Postcolonial Theory: A Critical Introduction*, Nova York, Columbia University Press.

Martínez, San Juana, 2011, "Mil 400 niños asesinados en la guerra al narco; desinterés oficial frente a la tragedia", *La Jornada*, sección Política, México, D.F., 9 de outubro de 2011.

McLaren, Peter, 1998, "White Terror and Oppositional Agency: Towards a Critical Multiculturalism", em David Goldberg, edit., *Multiculturalism. A Critical Reader*, Malden, Massachusetts, Blackwell, pp. 45-74.

OCDE, 2011, *Panorama de la Educación 2011. Nota de país México*, París, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

OIT, 2010, *Global Employment Trends 2010*, Genebra, Suíça, Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Rasmussen, Henriette e I. Sjoerslev, 1999, "Cultura y derechos de las poblaciones autóctonas", em *Informe Mundial de la Cultura*, UNESCO, pp. 85-92.

Sadik, Nafis, 1999, *The State of World Population 1999. 6 Billion. A Time for Choices*, Nueva York, United Nations Population Fund.

Salazar, Alonso, 1993, *No nacimos pa'semilla. La cultura de las bandas juveniles en Medellín*, Medellín, Colombia, CINEP.

Spivac, Gayatri, 1988, "Can the Subaltern Speak?", em Cary Nelson y Lawrence Grossberg, edits., *Marxism and the Interpretation of Culture*, Champaign, Illinois, University of Illinois Press, pp. 271-313.



Taylor, Charles, 1998, "The Politics of Recognition", em David Goldberg, edit., *Multiculturalism. A Critical Reader*, Malden, Massachusetts, Blackwell, pp. 75-106.

Tomlinson, John, 2001, *Globalización y cultura*, México, D.F., Oxford.

UNESCO, 1999, *Informe Mundial sobre la Cultura. Diversidad cultural, conflicto y pluralismo*, UNESCO.

\_\_\_\_\_, 2002, *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural*, Johannesburgo, África do Sul, UNESCO.

\_\_\_\_\_, 2010, *Invertir en la Diversidad Cultural y el Diálogo Intercultural*, Paris, UNESCO.

Valdez, Javier, 2011, *Los morros del narco: historias reales de niños y jóvenes en el narcotráfico mexicano*, México, D.F., Aguilar.

Valenzuela, José Manuel, 1988, ¡A la brava ese!, Tijuana, Baja California, El Colegio de la Frontera Norte.

\_\_\_\_\_, 1997, *El Color de las Sombras. Chicanos, Identidad y Racismo*, México, D.F., El Colegio de la Frontera Norte/Universidad Iberoamericana/Editorial Plaza y Valdés.

\_\_\_\_\_, 2003, "Introducción", em José Manuel Valenzuela, coord., *Los Estudios Culturales en México*, México, D.F., Fondo de Cultura Económica, pp. 15-33.

\_\_\_\_\_, 2009, *El futuro ya fue. Socioantropología de I@s jóvenes en la modernidad*, México, D.F., El Colegio de la Frontera Norte/Casa Juan Pablos.

\_\_\_\_\_, 2010, "Imaginarios y políticas culturales en América Latina", em Arturo Guerrero, *Las huellas de las hormigas. Políticas culturales en América Latina*, México, D.F., El Colegio de la Frontera Norte/Convênio Andrés Bello/Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, pp. 263-273.

Tradução do Espanhol - Estudo Sotomayor

As opiniões aqui expressas são de responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a opinião dos organizadores do VIII Campus, os titulares dos direitos de comunicação, reprodução e distribuição pública. Para uma reprodução do conteúdo, solicitação de autorização a [info@campuseuroamericano.org](mailto:info@campuseuroamericano.org).